

Os novos desafios de um mercado que não para de mudar



» LUIZ CLÁUDIO ALLEMAND – Advogado, mestre em direito tributário, LLM pela Steinbeis University Berlim e Diretor Jurídico da Fiesp
» RODRIGO BADARÓ – Advogado, conselheiro nacional de proteção de dados (CNPd/ANPD) e conselheiro nacional do Ministério Público (CNMP)

Nestes novos tempos, pautados pela hipertransparência e pela hiperconectividade, ficar indiferente às demandas da sociedade definitivamente não é opção para os profissionais e as empresas que desejam prosperar nos negócios. Temos um mercado exigente, com um olhar muito mais atento a quem adota (ou não) boas práticas de governança, sociais e ambientais, e busca sustentabilidade nos produtos e serviços que lhe são oferecidos.

Há novo modelo de negócio em curso, guiado pela economia global, com consumidores ávidos e interessados em conhecer os impactos gerados na cadeia produtiva do que consomem. Mas como nos preparar para atender a esse novo mundo? Qual o nosso papel nesse cenário e como prosperarmos diante de tantos desafios e competitividade? Certamente não é fácil responder a essas questões, mas algumas reflexões podem ajudar.

Precisamos perceber a sustentabilidade como um bem entregável e fundamental dentro das estratégias de negócios. Mais que render resultados positivos para a sociedade, as boas práticas sustentáveis estão diretamente relacionadas à perspectiva futura

do valor de mercado de uma empresa. Elas elevam o lucro, atraem investidores, encantam clientes.

Tanto que houve um grande crescimento no volume financeiro dos investimentos sustentáveis no mundo. No cenário global, a estimativa é de que pelo menos US\$ 30 trilhões em ativos estejam sob gestão de fundos ESG, ou seja, focados em aplicar os recursos apenas em negócios e empresas com práticas sustentáveis.

Outro ponto para reflexão que complementa o primeiro está nos benefícios gerados pelos pilares da governança corporativa. Ser transparente, ter equidade, prestar contas e ser responsável corporativamente podem ser ótimos negócios na medida em que as empresas com melhores indicadores — financeiros e não financeiros — são percebidas pelo mercado como menos arriscadas e, assim, são mais valorizadas.

O último ponto para reflexão não menos importante nesse cenário: o consumidor. A opinião pública ganhou mais consciência social e ambiental, com forte propensão para consumir marcas que apoiam e defendem essa demanda. O crescimento da comunicação digital, especialmente das redes

sociais, gera cobranças, antes invisíveis, acendendo um alerta entre as empresas na busca pelo fortalecimento de suas marcas, de forma planejada, responsável e sustentável.

Lembramos aqui que Roberto Campos disse certa vez que “Minha geração falhou na tarefa de fazer do futuro o presente”. A geração atual, conectada e abastecida com volume absurdo de informações, tenta sempre se antecipar ao futuro, até em uma ansiedade criada pela tecnologia de tentar mudar o mundo rapidamente. Utopia ou não, isso gera cenários e efeitos e mudanças de comportamentos e exigências, podendo causar um grande risco à carreira ou à empresa. Como você está se preparando para isso? Como quer ser visto diante desse mundo complexo, dinâmico e absurdamente volátil?

Independentemente das respostas às reflexões trazidas nesse texto, um fato é certo e inquestionável. O desafio para um futuro próspero — no trabalho, na vida pessoal e no planeta — está em compreender o valor das ações que realizamos hoje e entender que suas consequências vão, invariavelmente, bater à nossa porta amanhã.

As riquezas do Saara Ocidental pertencem ao povo saaraui

» MARIA JOSÉ CONCEIÇÃO MANINHA
Ex-deputada federal, é presidente da Associação de Solidariedade e pela Autodeterminação do Povo Saaraui

Poucos brasileiros sabem da existência da República Árabe Saaraui Democrática, que se tornou independente da Espanha em 1976, mas permanece com dois terços de seu território ocupados ilegalmente pelo vizinho Reino do Marrocos. É o único país, no continente africano, ocupado por outra nação.

Um muro de 2.720 quilômetros de extensão, construído pelo Marrocos e guarnecido por tropas, bunkers e solo minado, separa as terras saaraus ocupadas da área liberada, sob controle do governo da República Saaraui. Por isso, cerca de 200 mil saaraus vivem em campos de refugiados na Argélia.

O governo marroquino explora impunemente as grandes riquezas do território do qual se apropriou, e submete o povo saaraui a humilhações, agressões, prisões, torturas e assassinatos. As Nações Unidas, e em especial seu Conselho de Segurança, têm se omitido diante de tão grave violação ao direito de autodeterminação dos povos, permitindo que o Marrocos proteja indefinidamente a realização de um referendo para que o povo saaraui decida se quer ou não a independência.

A Frente Polisário – Frente Popular para a Libertação de Saguia Hamra e Rio de Oro — organização política que, desde 1973 luta pela independência, é reconhecida pela ONU e por vários países — entre os quais o Brasil — como legítima representante do povo saaraui. Hoje, 82 nações reconhecem a República Árabe Saaraui Democrática, que é país-membro da União Africana.

As associações de solidariedade ao povo saaraui e em defesa da autodeterminação do Saara Ocidental existentes em diversos países são instrumentos importantes para que a República Árabe Saaraui Democrática venha efetivamente exercer sua soberania sobre todo o território. A solidariedade e o apoio internacional reforçam a luta travada pelos saaraus nos territórios ocupados, nas regiões liberadas, nos acampamentos de refugiados, nos

diversos países e nos organismos internacionais.

O Saara Ocidental tem 1.200 quilômetros de costa atlântica e suas águas estão entre as mais piscosas do mundo. Suas reservas não renováveis de água são utilizadas de maneira ilegal e abusiva em estufas pertencentes a um conglomerado da família real marroquina, associada à França, na cidade de Dahjla.

A energia solar no Saara Ocidental ocupado é capturada para uso em projetos de energia renovável e sua areia é coletada e embarcada para adornar as praias das Ilhas Canárias. O território ocupado possui reservas de sal e é liderança mundial em reserva de fosfato. A exploração de petróleo também é promissora. A associação com a Espanha permitiu ao Marrocos tornar-se o maior exportador de fosfato, explorando sem limites as reservas saaraus. Esse fosfato é explorado na mina de Boo — Cra, embarcado no porto de El Aaiun, através da companhia estatal, a Officine e Chérriffienne des Phosphates (OCP).

De acordo com o relatório “P for Plunder”, da Western Sahara Resources (WSRW), a mina de Boo — Cra exportou 1 milhão de toneladas em 2019, com uma receita estimada de US\$ 200 milhões revertidos ilegalmente ao Marrocos.

Todo o debate atual gira em torno da questão dos benefícios da exploração econômica praticada pelo Marrocos nos territórios ocupados, em prejuízo dos saaraus. A Frente Polisario denuncia essa pilhagem, baseada no desrespeito e infringência ao artigo 73 da Carta da ONU, bem como o artigo 55 da Convenção de Haia, de 1907, sobre os direitos dos povos sob ocupação militar.

Em novembro de 2012, a Frente Polisario abriu um procedimento judicial, perante o Tribunal Europeu de Justiça, solicitando o cancelamento do Acordo de Livre Comércio entre a União Europeia e Marrocos, assinado em março do mesmo ano, argumentando a ausência de consulta à Frente Polisario.

Em dezembro de 2013, o Parlamento Europeu aprovou o acordo da pesca e em setembro de 2021 o Tribunal de Justiça Europeia, em decisão histórica, anulou os acordos com o Marrocos que incluíam o Saara Ocidental. A decisão atende a pedidos da Frente Polisario: a anulação dos acordos de Livre Comércio e o acordo da pesca.

A Frente Polisario argumenta que esses pactos violam o direito internacional na medida em que ignoram as especificidades de um território em processo de descolonização e privam os 650 mil saaraus de usufruírem de seus recursos. A União Africana também emitiu um parecer jurídico, concluindo que “a ONU deve assumir suas responsabilidades políticas e jurídicas e proteger os recursos naturais renováveis, como fez no Timor Leste e na Namíbia, até que o povo dos territórios ocupados possam escolher o seu destino através de um referendo justo e livre”.

O Brasil recebeu, extraído ilegalmente do Saara Ocidental, nos últimos 10 meses, cerca de 110 mil toneladas de fosfato, ficando entre os quatro maiores importadores mundiais do minério. Diferentes decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia, entre 2016 e 2019, reafirmaram que Marrocos e Saara Ocidental são territórios distintos e que a extração e a comercialização dos recursos naturais sem consentimento do povo saaraui são ilegais.

Não há nenhum documento de Corte ou Organização Internacional que permita ao Marrocos explorar os recursos naturais daquela região como ocorre hoje. Na última década, empresas de países desenvolvidos vêm interrompendo essas importações para se desvincularem da violência e das ilegalidades ocorridas naquela região.

Portanto, ao legitimar o recebimento de cargas de fosfato do Saara Ocidental roubadas pelo Marrocos, o Brasil está legitimando ações que reforçam a ocupação ilegal, mantendo o injustificável saque das riquezas naturais que pertencem ao povo saaraui.

O teatro (enfim) em obras

» BARTOLOMEU RODRIGUES
Secretário de Cultura e Economia Criativa do DF

Diz a lenda que as desventuras do Teatro Nacional Cláudio Santoro começaram em algum lugar bem distante de Brasília... Na madrugada de 27 de janeiro de 2013, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, um incêndio na Boate Kiss tirou a vida de 242 jovens. O fato gerou intensa comoção nacional e acabou por culminar numa lei específica, estabelecendo “diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público”.

Nesse ínterim, os diversos comandos do Corpo de Bombeiros em todo o país agiram para verificar as condições de segurança nos equipamentos de grande circulação. Diversos estabelecimentos foram multados e muitos interditados. Foi assim que chegaram ao Teatro Nacional. Em janeiro de 2014, após uma vistoria, identificaram-se 112 problemas, tais como acessibilidade interna e combate a incêndio. Prontamente, o Ministério Público do Distrito Federal recomendou a interdição da edificação.

Os fatos subsequentes mostram que a partir daí a casa foi simplesmente deixada de lado, longe das prioridades dos governos que se sucederam. Uma violência à cultura, aos artistas, os projetos e sonhos e, por fim, à genialidade de Oscar Niemeyer. Quando deixamos nossa casa fechada por muito, ela acaba se tornando irreconhecível. Com o teatro não foi diferente.

Reabrir um espaço daquela magnitude nas circunstâncias em que encontramos não foi tarefa fácil nem rápida. Tivemos de percorrer muitos labirintos da burocracia até achar a saída. Tudo o que tínhamos eram informações fragmentadas acerca de um projeto executivo datado de 2014 encomendado a uma empresa de arquitetura com sede em Porto Alegre, RS.

No governo seguinte, com um projeto orçado em mais de R\$ 150 milhões, realizou-se um acordo com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) para fatar a reforma em etapas. Os recursos, estimou-se à época, seriam oriundos da Lei Rouanet, por meio de organizações sociais sem fins lucrativos. Nada disso avançou.

Logo ao tomar posse, o governador Ibaneis Rocha encarou o desafio e adotou-o. Na prática se mostrou realmente efetivo. Em 2020, um convênio assinado com o Fundo de Direitos Difusos, do Ministério da Justiça, permitiria o aporte de R\$ 33 milhões. Porém, uma pandemia no meio do caminho iria se constituir um terrível obstáculo, na medida em que as análises da documentação existente se mostraram deficientes. Numa síntese, problemas de projeto, memória de cálculo e referências de planilhas de preços se transformavam numa tremenda dor de cabeça.

Havia questões que chegavam às próprias pranchas de arquitetura e engenharia. Em algumas dessas pranchas, por exemplo, não constava a última versão; em outras, os documentos arquitetônicos não estavam no acervo documental. A necessidade de abarcar um número maior de pessoal técnico levou à inclusão da Novacap para estabelecer um Relatório de Diagnóstico dos Projetos e um Plano de Trabalho com começo, meio e fim. Mas nada disso permitiu, no tempo previsto, a utilização dos recursos do FDD.

É aqui que entra a determinação do governador Ibaneis Rocha, em um momento em que estávamos todos prestes a jogar a toalha. Ao ouvir o relato da situação, numa palavra, ou, melhor, em duas, ele mudou o que seria o capítulo final da novela: “Temos recursos”. Naquele momento, o governador tinha em mente os R\$ 33 milhões. Faltava era dizer que, após o imenso trabalho de atualização das plantas, o parafuso que em 2013 custava R\$ 0,50, em 2021 passou a valer R\$ 1,20. O mesmo se aplicando ao cimento, à viga, ao fio e a tudo o que se pode imaginar em uma obra – e que obra! Logo, a conta agora era outra: R\$ 55 milhões. Com a mesma economia de palavras, o governador manteve-se inalterável: “Vamos à obra”.

E aqui estamos. Quem passar nas cercanias do teatro verá uma imensa cerca de tapume. Para quem esperou tanto tempo, a cerca já é motivo de comemoração. É quase como uma fita embrulhando um presente de Natal para Brasília. Para mim, falta apenas uma singela placa e, aí sim, completar a moldura: “Desculpe os transtornos, estamos em obras”.